


Sobre as imagens cruéis: iconicidade dos massacres no campo

On the cruel images: iconicity of the massacres in the countryside

João Damasio da Silva Neto¹ 

RESUMO: *Este texto busca desenvolver uma abordagem, alinhada aos estudos visuais críticos, para o estudo da iconicidade da página “Massacres no Campo” da Comissão Pastoral da Terra. Parte-se da heurística de que, na midiatização, a emergência narrativa de contextos subalternizados viabiliza a percepção de olhares situados sobre suas imagens. Mobilizamos também os conceitos de catástrofes cotidianas e atordoamento para compreender a realidade dos conflitos agrários no Brasil. A análise foca a distinção entre a circulação de conflitos amplamente reconhecidos e a midiatização dos conflitos agrários, apontando algumas observações possíveis sobre o modo como as imagens dos arquivos da CPT situam as narrativas de massacres no campo.*

Palavras-chave: *imagem; circulação; narrativa; conflitos agrários.*

¹Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia (MG), Brasil.

Editores: Tânia Marcia Cezar Hoff  e Gisela Grangeiro da Silva Castro 

ABSTRACT: *In this text, we sought to develop an approach, aligned with critical visual studies, to study the iconicity of the “Massacres in the Countryside” page of the Pastoral Land Commission (CPT). It starts from the heuristics that, in mediatization, the narrative emergence of subalternized contexts enables the perception of perspectives situated on its images. We also mobilize the concepts of everyday catastrophes and perplexity to understand the reality of agrarian conflicts in Brazil. The analysis is focused on the distinction between the circulation of widely-recognized conflicts and the mediatization of agrarian conflicts, drawing some possible observations about the way in which the images from the CPT archives situate the narratives of massacres in the countryside.*

Keywords: *image; circulation; narrative; agrarian conflicts.*

Introdução

Entre as possibilidades hermenêuticas da imagem, vêm se desenhando ultimamente diversas formas de estudos visuais críticos¹, caracterizados pela elaboração de olhares situados a ponto de reposicionar os fazeres imagéticos. Contra a imaginação reprodutiva de ícones hegemônicos na história, Benjamin (2009), em suas *Passagens*, e Warburg (2024), em seu *Atlas Mnemosyne*, fazem ecoar, já há algum tempo, a potência heurística da imagem, respectivamente, para construções de “história a contrapelo” e remontagens de uma “ciência da cultura”. Fortemente inspirado neles, Didi-Huberman (2013; 2015; 2020) desloca a crítica visual das culturas em geral para problemas sociais localizados, como o dramático abuso das imagens na *invenção da histeria* e a potência histórica das quatro imagens concebidas e arrancadas do inferno de Auschwitz-Birkenau.

Olhares situados emergem das tramas narrativas “quando as imagens tomam posição” (Didi-Huberman, 2017) — o que nos impele a relacionar a condição empírica de sujeitos situados diante das imagens que afetam suas vivências e, portanto, suas próprias condições subjetivas. Entre os ensaios que fazem essa aposta, nos chama a atenção a aproximação que De Carli (2021, p. 7) efetua entre a filosofia da imagem e algumas noções especulativas que dizem respeito justamente à situação subjetiva, a exemplo do *perspectivismo ameríndio* de Viveiros de Castro (2017), que nos ensina como “a experiência de um ponto de vista cria os sujeitos, e não mais os sujeitos fabricam um ponto de vista e se descolam incolavelmente através deles”.

Situar o olhar torna críticos os estudos visuais à medida em que, além da busca por observar a cultura visual, centram-se no exercício de “mostrar o ver” (Mitchell, 2006). Entre outros méritos, o estudo de Saidiya Hartman (2020) se destaca por um exercício assim: não apenas acusa a ausência de arquivo de pessoas subalternizadas, mas propõe uma *fabulação crítica* como gesto potente diante de imagens de meninas negras. Certamente,

1 O termo “estudos visuais críticos”, neste artigo, advém do curso com esse nome oferecido pela pesquisadora Anelise De Cali na Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades (APPH) em maio de 2024. A ementa do curso pode ser consultada em: <https://anelisedecarli.com/cursos/>.

outras vias podem ser abertas nesta cena teórica, sempre que for possível reposicionar a crítica visual em face à constituição dos olhares.

Uma das vias a serem desenvolvidas, como é a aposta do presente trabalho, é a contribuição da tese da professora Ana Paula da Rosa (2012) ao relacionar teorias da imagem, do imaginário e da midiaticização para compreender o processo de elaboração simbólica e de crítica visual em uma sociedade fortemente atravessada por processos midiáticos. Especificamente, é nas mudanças no processo de circulação de sentidos que se materializam outros modos de constituição de olhares situados.

Este artigo propõe uma questão deste tipo — mais do que uma interpretação de certas imagens, buscamos situar a crítica visual desde a emergência narrativa de contextos subalternizados na midiaticização. Neste texto, o foco está na situação dos conflitos agrários no Brasil, que remonta à colonização e sobrevive ritualizada em todas as regiões do país como se fosse coisa do passado. São os registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que mostram, em um levantamento realizado anualmente, a cotidianidade dessa catástrofe, que inclui assassinatos, grilagem, invasões, ameaças, escravidão e — o fenômeno regurgitado no presente estudo — massacres (ou chacinas) ocorridos em meio a conflitos por terras e águas nas áreas rurais do país.

No contexto que relaciona estudos visuais críticos, imaginário e midiaticização, a relevância desse objeto empírico está na distinção que ele evidencia entre a circulação de conflitos amplamente reconhecidos (como as catástrofes televisionadas) e a midiaticização de catástrofes cotidianas (como os conflitos agrários). O presente artigo contribui com essa cena teórica à medida que investiga, na midiaticização, a emergência narrativa de contextos subalternizados, especificamente quando as imagens tomam posição nos movimentos de luta agrária.

Imagens de massacres no campo foram produzidas e arquivadas ao longo de quase 40 anos pela CPT. Com documentos oriundos de processos judiciais, coberturas jornalísticas e trabalhos de base de agentes pastorais, o acervo constituído em um centro de documentação foi disponibilizado na internet pela primeira vez em 2017, em uma página *online*

e interativa chamada “Massacres no Campo”, um *hotsite* vinculado ao site da CPT². Tomando essa página como objeto de estudo, nosso objetivo é compreender o modo como a inédita montagem de imagens de massacres no campo pela CPT interroga a circulação de sentidos sobre essa catástrofe ao longo do tempo. Entre a denúncia que apela alguma visibilidade e o atordoamento da invisibilização circulante, *como as imagens dos arquivos da CPT situam as narrativas de massacres no campo?*

Massacres no campo: da catástrofe ao atordoamento e do acervo à montagem

Desde os eventos que marcaram a colonização no Brasil, a disputa por terra se mantém patente. O histórico é longo, complexo e só começa a ser efetivamente pautado como um debate público sobre reforma agrária na segunda metade do século XX, com as lutas das Ligas Camponesas durante a elaboração das subseqüentes elaborações da Constituição Federal (COSME, 2018).

No centro do debate estão trabalhadoras e trabalhadores da terra, também reconhecíveis nas formas de comunidades tradicionais e camponesas e por diversas outras identificações:

Assentados, sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros, caiçaras, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros), povos indígenas etc. (CPT, 2024a, p. 10)³.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que documenta essa luta, surgiu em 1975, vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão da Igreja Católica que garantiu o trabalho de defesa aos

2 Disponível em: <https://cptnacional.org.br/massacresnocampo>. Acesso em 12 mar. 2024.

3 Atingidos por barragens e lideranças também são outras categorias mencionadas no relatório, que evidencia que há várias maneiras mais ou menos reconhecidas de se referir às diversas pessoas que vivem no campo, por critérios identitários, ocorrências ou atividades exercidas no cotidiano.

povos do campo no período da ditadura militar no país. Depois, tornou-se uma instituição ecumênica, mantendo a mística que dá identidade à ação pastoral na luta pelos direitos humanos.

Os direitos dispostos pelo Estado, mas pouco efetivos, e pelos quais lutam a CPT e outros movimentos sociais, se referem, basicamente, à “falta de titulação dos quilombos, de demarcação dos territórios indígenas, de destinação de terras públicas e de desapropriação de latifúndios para a reforma agrária, bem como a não realização de consultas livres, prévias e informadas” (CPT, 2024a, p. 7).

Alentejano *et al.* (2024), do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (LEMTO/UFF) e do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária/UERJ), apontam que, na última década, o país registra uma verdadeira “contrarreforma agrária”, pois as políticas já elaboradas a esse respeito não só estacionam, como também retrocedem. Ocorre aquilo que podemos chamar de um atordoamento diante da catástrofe cotidiana dos conflitos agrários no Brasil.

Apoiando legal e culturalmente as comunidades que vivenciam esses conflitos, a CPT toma a “tarefa de documentar” como uma missão pastoral que tem, segundo sua própria declaração (CPT, 2024a, p. 11), a dimensão teológica, ética, política, pedagógica, histórica e científica. Além disso, categoriza alguns tipos de conflitos que ajudam a pautar o debate público acerca de: conflitos por terra, ocupações e retomadas, acampamentos, conflitos trabalhistas, trabalho escravo, superexploração, ações de resistência, conflitos pela água, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, conflitos sindicais, manifestações e violências no campo.

Dados sobre essas categorias são produzidos e publicados anualmente no relatório *Conflitos no Campo — Brasil*, periódico que contempla também textos analíticos intercalados a tabelas comparativas, infográficos e fotografias. A publicação tem como base um banco de dados constituído a partir de fontes primárias (relatos e documentos oficiais), seguido de fontes secundárias (jornais e internet) e organizado em um acervo atualmente digitalizado e, nos últimos anos, nato digital.

Pelo fato de que se estabelece como uma das dimensões da própria atividade de assessoria popular aos movimentos sociais, a CPT realiza a coleta de dados ‘in loco’ e, com isso, viabiliza os registros oriundos de situações reais vivenciados pelos trabalhadores rurais, pelas populações tradicionais, originárias, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras -camponesas enfim -, que reagiram e reagem, organicamente, aos processos de grilagem, expulsão e aos impactos pela construção de grandes projetos como o das barragens e os desastres decorrentes das atividades de mineração, ou ainda, em suas lutas contra as formas de exploração de ‘trabalho escravo contemporâneo’ (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 412).

Podemos compreender esse trabalho de denúncia sobre a realidade dos conflitos no campo como um recurso narrativo que busca dar legibilidade e visibilidade a essa luta. A narrativa surge, justamente, quando é necessário elaborar e agir diante da complexidade dos problemas do mundo, constituindo-se “como mediação da experiência do tempo histórico” (MANNA, 2020).

A narrativa entendida enquanto processo comunicacional encontra sua maior potência heurística se é compreendida nesse campo amplo em que a linguagem se funda em relação a dinâmicas sociais complexas, historicamente constituídas e materialmente vividas na cultura (MANNA, 2020, p. 45).

Neste caso, a experiência do tempo mediada pela narrativa do caderno de Conflitos no Campo da CPT é necessariamente da ordem das catástrofes ou, ainda, das crises do tempo, configurações em que se percebe “uma confusão aguda nas elaborações e ações sobre o curso da história” (MANNA, 2020, p. 41). Essa catástrofe dos conflitos no campo no Brasil torna-se cotidiana quando percebida em sua historicidade, nas formas da colonização, dos séculos de violações, das últimas décadas de luta pela reforma agrária e do atual cenário de contrarreforma (COSME, 2018; ALENTEJANO *et al.*, 2024).

Tendo surgido em 1975, a CPT registra a catástrofe dos conflitos agrários com documentos que retroagem desde a década de 1960, mas é a partir de 1985 — portanto, há quase 40 anos — que passa

a publicar anualmente o relatório “Conflitos no Campo — Brasil”. Com a publicação, a Comissão consegue pautar a mídia e denunciar à sociedade a gravidade das ocorrências que os agentes pastorais testemunham cotidianamente.

Os Cadernos ganham destaque, portanto, por trazerem objetivamente e a contrapelo dos registros oficiais controlados pelas mesmas elites, a versão dos atingidos pela impunidade e ilegalidade praticadas por esses supostos (até que se comprove) proprietários de terra, os quais se locupletam do acesso promíscuo nos aparelhos estatais públicos (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 415).

Contudo, para além da cotidianidade da catástrofe, o ano de 2017 marca um momento de atordoamento — quando, junto ao golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, o já referido processo de contrarreforma agrária culminou com o aumento alarmante de mortes no campo. Só naquele ano ocorreram cinco massacres. O relatório, então, alarmou:

Crescem de modo assustador os números da violência. 71 assassinatos é o maior número registrado desde 2003, quando se computaram 73 vítimas. [...] Mas o lado mais macabro dos assassinatos em 2017 são os massacres. Cinco massacres com 31 vítimas. Como destacou o professor Cláudio Maia, em dois destes massacres, Colniza, MT,(9) e Pau D’Arco, PA, (10), o número de pessoas mortas só foi menor que o de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, com 19 mortes. Números de massacres, próximos aos de 2017, foram registrados somente no ano de 1985, com 10 casos e em 1987, com seis casos. Porém, em nenhum desses 16 casos, o número de mortes, por evento, chegou perto dos registrados em 2017. Desde 1988 não se registrava, num único ano, mais do que dois massacres (CPT Nacional, 2018).

A CPT reconhece como “massacre no campo” todo caso em que três ou mais pessoas foram mortas em uma mesma ocasião de conflito agrário. O aumento desse tipo de ocorrência acentua a denúncia de outras violências, e é desse atordoamento que emerge o dispositivo narrativo que analisaremos aqui.

Entre a catástrofe cotidiana dos conflitos agrários e o aumento nas ocorrências de massacres, percebe-se o atordoamento que faz vibrar uma “crise temporal” (MANNA, 2020). De repente, 2017 confunde-se com o cenário registrado nos anos 1980 e até mesmo com o processo de colonização. É isso, a princípio, que se visualiza na página *online* que faz do acervo da CPT uma montagem de imagens que pretendeu “trazer maior visibilidade a todos os massacres no campo”:

Motivada pelo boom desses crimes no ano de 2017, com casos de maior repercussão nos estados de Mato Grosso e Pará, a CPT desenvolveu uma página dedicada ao tema, a fim de trazer maior visibilidade a todos os massacres no campo ocorridos nos anos anteriores e mostrar para a sociedade que este tipo de crime ‘é um rito de passagem para o genocídio’, como registrou Alfredo Wagner Berno de Almeida. Elemento que é evocado pois esse tipo de violência atinge historicamente populações originárias e do campo, em reflexo ao processo de colonização de terras e atualmente, da concentração fundiária no país (CPT, 2024b).

O acervo, antes disponível apenas no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, foi reorganizado e publicado na internet como um conjunto pela primeira vez naquele ano de 2017. Essa montagem inédita de imagens de massacres no campo pela CPT é um recurso que amplia e convida ao acesso público sobre aquilo que estava restrito a pesquisadores no centro de documentação. Esse é um dos efeitos da midiaticização — positivo, diga-se de passagem — para narrativas oriundas de contextos subalternizados.

Assim, além de denunciar, a página aciona a circulação de sentidos e isso ocorre pelo menos de duas formas distintas. Primeiro, como uma narrativa que se inscreve em circulação, podendo seguir em fluxo adiante ou não. Segundo, como uma narrativa que revela os intervalos da circulação dos massacres no campo ao longo das quatro décadas de registros realizados pela CPT. Partindo desses dois aspectos, o objetivo desta pesquisa foi compreender como as imagens dos arquivos da CPT situam as narrativas de massacres no campo.

Circulação das imagens na midiatização

Mais do que uma interpretação sobre o sentido representado — o que, no caso de uma denúncia de assassinatos, é patente —, quando propomos uma investigação sobre as imagens de massacres no campo, que são apresentadas na página da CPT, buscamos especificamente situar empiricamente a crítica visual sobre esse tema, a partir da emergência narrativa de coletivos subalternizados. Levar a cabo o modo como a CPT dispõe suas imagens de arquivo é a aposta deste estudo para situar a crítica visual.

A midiatização, compreendida não como subjugação à tecnologia, mas como “processo interacional de referência” (BRAGA, 2006), intensifica os desafios, mas também as vias de luta, como sintetiza Freire (2023, p. 113), em seu estudo sobre a tessitura comunicacional dos direitos humanos na midiatização:

O processo de midiatização se intensifica de modo que nossas experiências estão cada vez mais condicionadas à presença nesses espaços de mediação, de negociação, de visibilidade, de interação. Ainda que não possamos falar sobre mudanças radicais na compreensão sobre direitos humanos em nossa sociedade, percebemos ganhos no esforço coletivo de trazer discussões mais abrangentes sobre o tema, que não fiquem restritas aos ditames dos textos normativos, mas que contextualizem o debate sobre direitos humanos a partir da concretude (FREIRE, 2023, p. 113).

Uma das formas como a midiatização se manifesta é autonomizando o âmbito da circulação de sentidos, não mais restrito nos fazeres produtivos ou nas formas de recepção. Para Eliseo Verón (2004), a circulação de sentidos sempre existiu como uma esfera invisível, na defasagem entre produção e recepção — o que se perde, se articula ou o que muda seria a circulação. Com os dispositivos digitais, constituem-se processualidades que não apenas ampliam o acesso aos meios de produção e de recepção, como também evidenciam uma esfera na produção de sentidos que não pode ser circunscrita nem pela agência emissora, nem pelo trabalho da recepção.

Verón (2004) aponta que a circulação pode ser compreendida pela análise de marcas, gramáticas, operações e lógicas perceptíveis em qualquer processo comunicacional. No contexto deste artigo, consideramos que a página “Massacres no Campo” pode ser vista a partir da circulação de duas maneiras: a circulação da narrativa dos massacres à qual a página se refere e a circulação dessa narrativa vista pela montagem visual propiciada pela própria página.

No primeiro caso, teríamos o processo que Braga (2006) chama de “fluxo adiante”. Trata-se da capacidade de continuidade da construção dos sentidos em circulação a partir de novas apropriações. Nesse sentido, e já no campo do imaginário das catástrofes oriundas de conflitos, Rosa (2012) investigou a circulação das imagens do 11 de setembro, percebendo como sua força simbólica motivou sua configuração como uma “imagem-tótem”.

Toda representação já traz em si uma determinada estrutura que se liga a imaginários construídos socialmente. Assim, mesmo inconscientes, há estruturas de base que são inerentes ao desenvolvimento do homem, cite-se aí, como exemplo, os mitos, os arquétipos. No entanto, há fotografias, vídeos, imagens técnicas que são mediatizadas e que se tornam preponderantes perante outras imagens que também estão acessíveis aos olhos. Isto ocorre não apenas por tais imagens estarem sendo publicizadas com frequência, mas porque envolvem estruturas mais profundas do social que considero, aqui, como totem (ROSA, 2012, p. 331).

Este é, portanto, um caso em que a mediatização não se furta à potência simbólica das imagens em circulação, que seguem um fluxo adiante e continuam a produzir novos sentidos (inclusive o desta análise) até os dias atuais em todo o mundo. No começo dos anos 2000, o 11 de setembro ocupa o lugar de ícone do novo milênio, tão potente que foi capaz de matar, como destrinchou Mondzain (2009).

Nesse sentido, é possível adiantar que as imagens de massacres no campo estão longe dessa iconicidade. Por isso, não nos deteremos, pelo menos neste momento, no estudo da circulação que acontece a partir da página. A visibilidade pretendida continua sendo uma luta empenhada

pela CPT e suas repercussões em fluxo adiante podem ser destrinchadas em outro momento, com mais espaço para essa análise.

O foco aqui está na análise da circulação vista pela montagem da CPT: como as imagens dos arquivos da CPT situam as narrativas de massacres no campo?

A análise será feita a partir da observação da página “Massacres no Campo” como uma “prancha de imagens”. A aposta heurística inspira-se na articulação que Didi-Huberman (2013) faz entre os pensamentos de Walter Benjamin e Aby Warburg para apontar para a existência de um “saber-montagem”, capaz de evocar as clássicas proposições de Benjamin sobre uma “história a contrapelo”, isto é, uma forma de remontar a história aquém da escrita hegemônica; e de Warburg sobre uma “ciência da cultura”, que se remonta continuamente pelas próprias imagens da cultura.

Didi-Huberman (2015) percebeu isso, por exemplo, ao estudar a iconografia fotográfica da Salpêtrière, clínica que, ao seu ver, foi responsável pela “invenção da histeria”. Montar uma série de imagens de mulheres em atos espetaculares foi uma iconicidade que se justificou como pesquisa médica, mas teve o efeito prático de inventar essa forma de sofrimento, especificamente atrelada à pose que se faz estética para que se torne imagem.

Em outro estudo, Didi-Huberman (2020) analisou as imagens produzidas por membros do *sonderkommando*⁴, de modo clandestino e arriscado, conhecidas como as quatro únicas fotografias do entorno da câmara de gás na *Shoah* — dando a esse feito o qualificativo de “imagens apesar de tudo”, pois elas conseguiram testemunhar e sobreviver apesar de toda a tragédia.

Nos interessa, em Didi-Huberman (2013; 2015; 2020), a possibilidade dessa crítica visual que ocorre a partir dos dispositivos que se colocam como montagens de certas imagens. Em nosso caso, a página “Massacres no Campo” revela uma montagem ou, como prefere Mondzain (2013), uma iconicidade.

4 Prisioneiros que eram obrigados pelos nazistas a trabalharem em campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Mondzain (2013, p. 118), “a essência da imagem não é a visibilidade; é sua economia, e somente ela, que é visível em sua iconicidade”. Trata-se de um olhar sobre a relação entre imagens simbolicamente designadas, mais do que uma análise da imagem como signo linguístico que designa seu referente. Para a autora, “a imagem é sustentada por uma ideia do sentido, e não do signo” (MONDZAIN, 2013, p. 112).

Para pensar a iconicidade, a metodologia que se apresenta com Warburg, Didi-Huberman e Mondzain é a da percepção das relações entre imagens. Para isso, em Warburg, destacou-se a montagem de pranchas de imagens. É justamente essa operação que podemos reconhecer na página “Massacres no Campo”, quando dispõe suas imagens. Nosso objetivo é perceber como a montagem dessas imagens pela CPT interroga a circulação de sentidos sobre essa catástrofe ao longo do tempo.

“As imagens cruéis do massacre dos posseiros”

A página “Massacres no Campo”, da CPT, (Figura 1) é aberta com uma capa que tem a representação do mapa do Brasil coberta pela terra, ícone da luta em questão, sobreposta pelo título da página e sua descrição: “Acompanhamento contínuo de massacres no campo no Brasil, pela Comissão Pastoral da Terra, desde 1985 até os dias atuais”. Esse mapa está imerso em recortes de jornais que noticiaram essas catástrofes. Um deles dá título a esta análise — “as imagens cruéis do massacre dos posseiros”.

Antes de prosseguir, é preciso acrescentar algumas observações metodológicas e operacionais às notas teórico-metodológicas já esboçadas sobre nossa compreensão dos conflitos no campo, como catástrofes cotidianas no Brasil, e do alerta sobre a crescente dos massacres nos tempos atuais como um atordoamento, bem como nossa proposição da heurística dos estudos visuais críticos a partir de um olhar situado na CPT.

Figura 1 – Capa da página “Massacres no Campo”



Fonte: CPT (2024b).

Primeiro, uma nota pessoal acrescenta um dado metodológico relevante deste estudo. No referido momento de atordoamento, em 2017, o autor do presente texto atuou como jornalista na assessoria de comunicação da CPT e noticiou não apenas o maior número de assassinatos por conflitos agrários em 14 anos, como também a série de cinco massacres envolvendo 34 vítimas: Pau D’Arco (PA), Colniza (MT), Vilhena (RO), Lençóis (BA) e Canutama (AM). Além disso, fez parte da equipe que executou a busca e síntese das informações que iriam do acervo da CPT para o *hotsite* “Massacres no Campo”, nosso objeto de análise aqui.

Esta pesquisa, portanto, começou em 2017, com a observação desse cenário e a elaboração de uma página capaz de evidenciar a recorrência e gravidade deste, entre outros, resultado dos conflitos agrários no Brasil. Neste projeto, me desloquei fisicamente do setor de comunicação para o de documentação. Fiquei algumas semanas no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino para checar massacre por massacre. Partindo da informação sobre os casos ocorridos a cada ano, desde 1985 até 2017, o procedimento utilizado foi percorrer todos os registros, já digitalizados, eventualmente conferindo o acervo físico e os arquivos complementares, para

coletar as imagens disponíveis e as principais informações contextuais e de desfecho, com o objetivo de escrever notas resumindo cada ocorrência. Por isso mesmo, não cabe, neste estudo, analisar o trabalho realizado ou o que essas imagens representam — isso está devidamente enunciado. Como certos movimentos operativos com as imagens já foram realizados alguns anos atrás, o que nos cabe agora é nos colocarmos novamente diante dessas imagens e perceber como elas interrogam a circulação de sentidos sobre os massacres no campo ao longo do tempo.

A descrição que escolhemos como título desta análise — “as imagens cruéis do massacre dos posseiros” — revela o sentido que se quis dar ao conjunto dos massacres, apresentados na página a partir de uma imagem que leva à descrição e às notícias disponíveis sobre a ocorrência. Mas observemos, de pronto, uma captura de tela da página como um todo. Sua verticalidade inabitual atrapalha sua disposição neste trabalho, mas favorece nossa análise (Figura 2):

A apresentação dessa imagem tão vertical contrasta com os múltiplos modos possíveis de visualidade da página nos aparelhos digitais, e isso é motivado por dois objetivos do autor nesta análise: o primeiro é que, de fato, há imagens cruéis e nosso foco não é fixá-las obstinadamente na retina do leitor deste artigo. Visualizar as imagens em miniaturas, lado a lado, tem ainda um segundo objetivo, que é perceber mais sua montagem e o que ela pode nos revelar. É sobre isso que colocaremos alguns tópicos, por meio da prática da remontagem dessas imagens, para esboçar como a montagem da CPT interroga a circulação das imagens no imaginário relativo aos massacres no campo.

O primeiro aspecto que se revela é que, embora haja imagens que são mesmo “cruéis”, é a promessa de “imagens” que não se cumpre. São 56 massacres, 56 enquadramentos para imagens. Metade (30) dos massacres não é acompanhada por imagens, e o que se vê é o ícone da ausência de figura. A invisibilidade se apresenta iconicamente em quadros margeados pelo signo espaço-temporal que indica a cidade e o ano em que ocorreu um massacre (Figura 3).

Figura 2 – Prancha de imagens de massacres no campo pela CPT



Fonte: CPT (2024b).

Figura 3 – Remontagem I: invisibilidade icônica



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CPT (2024b).

O primeiro desses quadros dá acesso ao relato sobre a morte de quatro posseiros por policiais e empregados de uma fazenda que aguardava avaliação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sobre a posse da terra ocupada por 1.200 famílias na Fazenda Agropastoril e Extrativa do Brasil, em São João do Araguaia (PA), 1995. É contra essa ausência de arquivo que a CPT afirma sua missão.

Estudos que já se debruçaram sobre o problema da (in)visibilidade nos casos de conflitos agrários denunciam como é extrema a diferença da visibilidade requerida pelos movimentos sociais e a invisibilidade ofertada pela mídia tradicional. No caso dos massacres no campo, Machado (2021, p. 168) sinaliza que “no jornalismo da mídia corporativa, esses atores [camponeses] tiveram baixa visibilidade e visibilidade negativa” e considera que isso dificulta o reconhecimento dessa violência como um problema social do cotidiano.

A baixa visibilidade das violências que ocorrem em lugares distantes dos centros urbanos pode estar relacionada a um aprofundamento das

violações, porque reduz as possibilidades de serem incorporadas enquanto problemas sociais, reconhecidas (e rechaçadas) socialmente (MACHADO, 2021, p. 44).

O problema da visibilidade, neste e em outros casos, é lamentado diante da alienação da mídia. Machado (2021, p. 169) acredita que, “ao passo que a dor e o sofrimento visibilizados podem suscitar empatia, sentimentos de pesar e comoção, as condições em que essas mortes ocorrem e o desenrolar dos acontecimentos são marcados por apagamentos, injustiças e invisibilidade”.

Um segundo aspecto a se destacar é que essa invisibilidade revela também a motivação simbólica da página “Massacres do Campo” como montagem da invisibilização. As lacunas podem nos dar tempo para pensar, mas também informam que, mesmo sem registros visuais, cada espaço guarda o relato da crueldade dos massacres no campo.

Por outro lado, um terceiro aspecto de nossa análise neste momento é a percepção dos temas que motivam e se apresentam simbolicamente nas imagens. Todas as 30 imagens apresentadas nas capas dos conflitos, sem exceção, são altamente indiciais. Em diálogo com a estratégia da montagem da página, elaboramos, na Figura 4, a seguir, uma remontagem que dialetiza diferentes modos indiciais:

Neste conjunto, vemos cartuchos restantes de quinze disparos contra três integrantes da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) em Porto Velho (RO), em 2021, após meses de perseguição; a ausência de corpo das lideranças quilombolas em um barco vazio ao rio, em Lençóis (BA), em 2017; corpos mortos no Massacre de Pau D’Arco, em 2017; corpos em caixões no Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996; corpos irreconhecíveis de colonos mortos em Marabá (PA), em 1985, que foram jogados no rio Itacaiunas e encontrados uma semana depois; cinzas de corpos em um carro carbonizado com trabalhadores que apoiavam a luta pela reforma agrária em Vilhena (RO), em 2017⁵.

5 Relatos completos estão no site consultado. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/todos-massacres> Acesso em: 12 fev. 2024.

Figura 4 – Remontagem II: indicialidade da violência



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CPT (2024b).

As cores são em tons terrosos de paisagens devastadas pela morte e os corpos feridos só não aparecem como ícones quando as próprias imagens de jornais ocupam esse espaço. Elas não estão ali apenas pelo que disseram os jornais, mas pela indicialidade do acontecimento. A necessidade do indício é revelada, como vemos nesta outra remontagem, que articula diferentes temporalidades ao multiplicar os quadros indiciais: são fotos inseridas em publicações jornalísticas, por sua vez replicadas na página da CPT. Percebe-se como o trabalho com as imagens de arquivo da CPT produz articulações complexas, que ainda carecem de mais estudos, entre fontes primárias e secundárias, articuladas a seu trabalho de campo nas comunidades que acompanha. Longe de ser um ato isolado, trata-se de um trabalho assumido como necessário pelos movimentos de luta pela terra. Por esse motivo, durante a avaliação do presente artigo nos processos editoriais desta *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, uma das pessoas avaliadoras teve a generosidade de indicar possíveis paralelos com o atlas de fotografias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), elaborado por Stella Senra.

Um quarto aspecto nos ocorre quando acessamos as imagens (Figura 5). Elas nos guiam, na maioria dos casos, para pequenos resumos sobre cada massacre. Com o passar do tempo, as imagens e notícias se multiplicam. Há certamente mais imagens sobre os cinco massacres ocorridos em 2017 do que sobre aqueles dos anos 1980. Nem mesmo o maior massacre já registrado pela CPT — o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 — que foi amplamente noticiado à época pode superar a proliferação das imagens atuais em formato digital. A página, contudo, não deixa mostras dessa diferença imagética. O que ela denuncia é que por mais que haja mais imagens, a invisibilidade parece ser a mesma.

Figura 5 – Remontagem III: inicialidade do acontecimento



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CPT (2024b).

Ao olharmos para os “intervalos” da circulação (DIDI-HUBERMAN, 2013; ROSA, 2012), fica evidente que, entre as imagens, há uma distância temporal de 40 anos de registros articulada por uma unidade das formas e cores que denunciam os massacres no campo de maneira bastante

indicial. Essa constatação de algo que se repete ao longo do tempo nos remete à afirmação evocada pela própria CPT (2024b) de que “este tipo de crime é um rito de passagem para o genocídio”.

Apesar da invisibilização circulante, o que essa persistência temática nos mostra parece ser o sentido de resistência e sobrevivência das comunidades e das imagens, o que é aguçado pelas poucas imagens de pessoas vivas entre o conjunto analisado. São fotos de fotos de lembranças, são olhares de crianças, são indígenas em comunidade, conforme vemos em nossa remontagem na Figura 6:

Figura 6 – Remontagem IV: sobrevivência das imagens, dos povos e dos conflitos



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em CPT (2024b).

Essas anotações — a que não se pretende uma análise conclusiva, mas sim um estudo capaz de abrir as interrogações que a página “Massacres no Campo” apresenta à circulação de sentidos sobre sua própria temática ao longo do tempo — nos fazem concluir que há uma outra face das imagens midiaticizadas. As imagens cruéis não são apenas aquelas que nos apresentam a morte cruel. Enquanto as do

11 de setembro ou mesmo das guerras contemporâneas fazem ver a circulação em fluxo adiante na produção de sentidos, as imagens aqui estudadas nos levam a pensar na permanência de um sentido jamais elaborado, pois nunca reconhecido socialmente. As imagens de massacres no campo não são cruéis apenas em seus conteúdos, mas em sua invisibilização circulante.

Conflito de interesses: nada a declarar.

Fonte de financiamento: nenhuma.

Disponibilidade dos dados da pesquisa: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está disponível mediante solicitação ao autor correspondente.

Referências

- ALENTEJANO, P.; WANDERLEY, L. J.; SANTORO, K.; LEÃO, P. C. R.; RIBEIRO, A. G.; MARITNS, V. Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023). In: CPT NACIONAL (Org.). *Conflitos no campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024. p. 24-36. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6746-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- BRAGA, J. L. Mediação como processo interacional de referência. *Animus*, v. 5, n. 2, p. 9-35, jul.-dez. 2006. <https://doi.org/10.5902/2175497790408>
- COSME, C. M. Luta camponesa, indígena e quilombola face à barbárie do agronegócio no Brasil: a contrarreforma agrária se aprofunda em tempos-espacos de golpe. In: CPT NACIONAL (Org.). *Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia: CPT Nacional, 2018. p. 96-108. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitosno-campo-brasil-2017>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- CPT NACIONAL. *Conflitos no Campo Brasil 2017*. Goiânia: CPT Nacional, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- CPT NACIONAL. *Conflitos no campo Brasil 2023*. Goiânia: CPT Nacional, 2024a. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6746-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- CPT NACIONAL. *Massacres no campo*. CPT Nacional, 2024b. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/massacresnocampo>. Acesso em 12 mar. 2024.

- DE CARLI, A. Como permanecer no dilema: fragilidades e perspectivismos no objeto frágil do pensamento por imagem. *Dobra*, n. 8/9, p. 1-9, 2021. <https://doi.org/10.1080/0969725X.2018.1497283>
- DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história*, I. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: 34, 2020.
- FREIRE, A. I. *A tessitura comunicacional dos direitos humanos a partir do caso Marielle: experimentações sociais e agenciamentos de sentidos na circulação*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12573>. Acesso em 22 fev. 2024.
- HARTMAN, S. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- MACHADO, J. C. S. M. *Notícias do Massacre em Pau D'Arco: dinâmicas de visibilidade das mortes por violência no campo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2021.
- MANNA, N. Narrativa e a experiência do tempo histórico: uma perspectiva contextual e conceitual para análise de processos comunicacionais. *Revista Latinoamericana em Comunicación, Educación e Historia*, n. 2, p. 37-52, p. 38-46, 2020.
- MITCHELL, W. T. J. Mostrar o ver: uma crítica à cultura visual. *Interin*, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2006.
- MONDZAIN, M. J. *A imagem pode matar?* Lisboa: Vega Passagens, 2009.
- MONDZAIN, M. J. *Imagem, ícone, economia: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto e Museu de Arte do Rio, 2013.
- RIBEIRO, A. M. M.; ANTUNES, J. L. C.; CAMELLO, L. B.; SOUZA, M. J. A.; SOUZA, W. K. A. Os cadernos de conflitos no campo da CPT. *Revista Trabalho Necessário*, v. 18, n. 36, p. 404-429, 2020. <https://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42818>
- ROSA, A. P. *Imagens-tótems: a fixação de símbolos nos processos de midiaticização*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3429>. Acesso em 22 fev. 2024.
- VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu, 2017. p. 299-346.
- WARBURG, A. *Virtual Tour – Aby Warburg: Bilderatlas Mnemosyne exhibition at Haus der Kulturen der Welt*. Disponível em: <https://warburg.sas.ac.uk/virtual-tour-aby-warburg-bilderatlas-mnemosyne-exhibition-haus-der-kulturen-der-welt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Sobre o autor

João Damasio da Silva Neto: doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Assessoria de Comunicação Digital pela UniAraguaia e graduado em Jornalismo pela Faculdade Araguaia. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Produtor cultural e coordenador de Divulgação Científica na Diretoria de Comunicação da UFU. Membro do Laboratório de Circulação, Imagem e Mídia da UFU. Integra também o comitê técnico e editorial do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. E-mail: joaodamasio16@gmail.com.

Recebido: 14/08/2024

Aceito: 31/03/2025